



## 2.º) Questão prejudicial homogênea

“G” foi denunciado pela prática de calúnia. Apresentou defesa prévia, levantando questão prejudicial homogênea, pois pretende demonstrar a veracidade do que afirmou a respeito de “T”.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da \_\_\_\_.<sup>a</sup>  
Vara Criminal da Comarca \_\_\_\_.<sup>1</sup>  
Processo n.º \_\_\_\_

“G”, qualificado a fls. \_\_\_\_, por seu advogado, nos autos da ação penal que lhe move o Ministério Público do Estado de \_\_\_\_,<sup>2</sup> vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, no prazo legal, apresentar a sua DEFESA PRÉVIA, com fundamento no art. 395 do Código de Processo Penal, nos seguintes termos:

PRELIMINARMENTE, da questão prejudicial:

A denúncia imputa ao requerente a prática do delito de calúnia, cujo tipo penal preceitua: “caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime” (art. 138, CP).

Ocorre que, o querelado não afirmou levemente ter o querelante “T” subtraído bens da residência de “R”, uma vez que tal situação, de fato, aconteceu. Cuidando-se o furto de crime de ação pública incondicionada e não tendo o agente “T” sido julgado e absolvido pelo delito que lhe foi imputado, invoca o acusado a EXCEÇÃO DA VERDADE, pretendendo demonstrar a autenticidade do que foi narrado.

Não obstante a questão prejudicial homogênea, que deve ser processada e julgada por Vossa Excelência, desde logo arrola as seguintes testemunhas: \_\_\_\_.<sup>3</sup>

Termos em que, ouvido o ilustre representante do Ministério Público,<sup>4</sup>  
Pede deferimento.

Comarca, data.

\_\_\_\_\_  
Advogado

<sup>1</sup> A calúnia pode ser considerada infração de menor potencial ofensivo, discutida no JECRIM. Se não houver transação, pode-se verificar a utilidade da exceção da verdade.

<sup>2</sup> Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando *justiça* é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

<sup>3</sup> O momento processual adequado ao réu para arrolar testemunhas é a defesa prévia, com prazo previsto no art. 395 do CPP. Portanto, mesmo que tenha levantado a exceção da verdade, é preciso que apresente o rol das pessoas que serão ouvidas, tanto para provar a sua inocência, quanto para evidenciar a culpa do querelante pela prática do crime de furto.

<sup>4</sup> Neste caso, o MP atua como fiscal da lei (*custos legis*), pois a ação é privada.